

ATA DA 002ª SESSÃO ESPECIAL DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2021
CONVOCAÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE-SC
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro de Nadal) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Consulto a assessoria que faça contato com o Secretário para ver se ele está *online*. O secretário já aparece em tela.

Senhoras Deputadas, senhores Deputados, a presente Sessão Especial foi convocada através do requerimento do senhor Deputado João Amin, e aprovada pelos demais Parlamentares, para ouvir o Secretário de Estado da Saúde, que prestará esclarecimentos detalhados do plano de vacinação traçado pela Secretaria de Estado da Saúde, esclarecer os motivos que levam o Estado de Santa Catarina a ser um dos Estados da Federação que menos imunizou proporcionalmente a sua população, bem como elucidar se o Poder Executivo Estadual tem algum plano para aquisição própria de vacinas.

Como é de praxe na Casa, os autores de requerimentos aprovados para a Sessão Especial presidem a sessão. Então, nesse momento, passo a palavra ao Deputado João Amin para que possa fazer a Presidência dos trabalhos. Com a palavra, o sr. Deputado João Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Boa tarde, senhor Presidente e senhores Deputados. Muito obrigado pela oportunidade, quero agradecer o esforço que o Secretário faz para participar da reunião, já que tinha uma viagem agendada. Agradecer ao Presidente Mauro de Nadal por ter deferido esse espaço para que possamos fazer aqui, das 14h às 16h, quem sabe mais rápido e mais objetivo, e consigamos, antes das 16h, fazer essa reunião que eu considero muito importante, uma reunião com a presença do Secretário da Saúde, que comanda uma pasta importante no Estado de Santa Catarina. Queria cumprimentar o José Milton, que representa a liderança do Governo e dizer que,

antes dessa reunião começar, teríamos que combinar, juntamente com os Deputados e o Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Neodi Saretta. O Secretário vai ter os 10 minutos para explicar o Plano Estadual de Saúde ou os pontos que ele achar mais importante, depois, a cada três Deputados que fizerem questionamento, o Secretário possa fazer a sua intervenção. A cada três, não sei se o Secretário tem alguma objeção com relação a isso, ou podemos fazer dessa maneira aqui, como já foi feito anteriormente. Pode ser Secretário?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - À disposição dos senhores, como os senhores acharam melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Está bem. Eu vou justificar então o meu requerimento rapidamente, na sequência eu passo a palavra para o senhor. Já temos a Deputada Luciane Carminatti e o Deputado Neodi Saretta inscritos, e na sequência eu vou colhendo as inscrições.

Secretário e público que nos assiste, Santa Catarina está entre os piores Estados do Brasil em percentagem de população vacinada, é o pior Estado do sul do Brasil com 1,05 de pessoas vacinadas, o Rio Grande do Sul tem 1,65 e o Paraná tem 1,42. Santa Catarina recebeu, pelo menos até semana passada, 213 mil doses, mas apenas 78 mil foram oferecidas para Florianópolis, Joinville, São José e Chapecó. Precisamos esclarecer para a população esses critérios e o porquê desse percentual tão baixo de vacinação. O percentual brasileiro é de 3%. Há uma desintegração notória, isso é notório, entre o Estado e os municípios, que dizem que não estão recebendo informações adequadas sobre o recebimento das vacinas. É preciso organização e sincronia. A vacina chega no município, o posto de saúde está fechado, os médicos, enfermeiros ou técnicos não estão de prontidão, e esse ritmo acaba não sendo o ritmo adequado. Santa Catarina tinha que ser exemplo. Na década de 80, com relação à paralisia infantil, Deputado Caropreso, nós somos referência no Brasil, e quem comandou na época foi o Murilo Capella, teu amigo, inclusive foi teu adjunto na Secretaria da Saúde.

Por essas razões, temos alguns questionamentos que eu gostaria de fazer ao Secretário. E esse exemplo de como vai ser agora, o Secretário fala por 10 minutos, depois a cada três Deputados que vão usar os seus tempos, o Secretário vai ter oportunidade de fazer suas interferências, é muito importante. Então Secretário, eu começo perguntando, uma explanação detalhada acerca do Plano Estadual de Vacinação traçado pela Secretaria de Estado da Saúde, sabemos que estamos na fase 1, com pessoas acima de 75 anos, aqueles acima de 70 que moram em instituições, asilos, instituições psiquiátricas, a população indígena, os profissionais da Saúde. Esclarecer os motivos que levam o Estado de Santa Catarina a ser um desses piores, o pior da região sul, fazendo um comparativo com a população de Goiás, que tem um pouco mais de 6,5 milhões de habitantes, Goiás já imunizou mais do que Santa Catarina. Se o senhor puder trazer informações das vacinas que foram recebidas pelo Ministério da Saúde e os futuros recebimentos; informações sobre os critérios e as divisões das doses recebidas por macrorregiões e municípios; explicar se o Poder Executivo também tem algum plano de aquisição próprio das vacinas; e explicitar também como a Secretaria de Estado da Saúde está fiscalizando a aplicação das vacinas realizadas pelos municípios catarinenses. Tem um caso emblemático, aconteceu em Maceió, em um *drive-thru*, em um *shopping*, onde uma senhora de mais de 90 anos foi ao *drive-thru* com a cuidadora, estava já há nove meses sem ver os seus familiares, e recebeu teoricamente a vacina. [Transcrição: Northon]

A cuidadora filmou-a recebendo a vacina, e quando chegou em casa para receber os seus familiares, foi ver o vídeo juntamente com seus familiares, e viu que a técnica fingiu que tinha aplicado a vacina. Isso realmente foi um caso emblemático que tomou proporção nacional. E pelo menos os dados até semana passada: 3,8 milhões de doses foram aplicadas no Brasil; e 3.783.228 pessoas foram vacinadas e 1,79% da população brasileira

receberam ao menos uma dose, então Santa Catarina está abaixo com 1,05.

Sabemos que essa primeira fase, dessas pessoas que eu já mencionei, tem algo em torno de 430 mil pessoas, e vendo que só 75 mil doses foram aplicadas, a população fica ansiosa, querendo saber quando essa primeira fase vai acabar. E com esse ritmo, pelo menos isso gera muitas dúvidas, muita ansiedade, as pessoas, agora no mês de fevereiro, grande parte das crianças estará voltando, retornando às escolas, sejam particulares, sejam públicas, então a ansiedade para voltar ao normal ou ao novo normal é muito grande, e isso faz com que todos nós tenhamos essa ansiedade.

Então, eu queria deixar bem claro que não estou fazendo agora nenhuma acusação, nenhuma afirmação, são questionamentos, são pontos de interrogações que têm que ser esclarecidos. E depois da intervenção do Secretário, não sei se o líder do Governo vai querer fazer nessa primeira parte, então eu já abro a inscrição para a Deputada Luciane, Deputados Saretta e Ismael, que serão os três, e aí o Secretário volta, e continuarei fazendo as inscrições de todos que quiserem fazer a sua participação nessa reunião.

Agradeço mesmo o esforço por parte do Secretário de se fazer presente aqui, mesmo que remotamente, para fazer esses esclarecimentos. Agradeço mais uma vez o Deputado Mauro de Nadal por ter cedido e deferido já de imediato, das 14h às 16h, esse espaço para nós, e espero que essa audiência, essa sessão especial sirva para levar informação ao máximo de pessoas possível. Infelizmente, devido ao nosso Regimento, o presidente da Fecam não pode participar, somente Deputados e o Secretário convocado, mas ele me garantiu que vai estar acompanhando pelo *YouTube* e vai poder depois, com essa interação com a Assembleia, fazer as suas sugestões. Obrigado, secretário. A palavra está com o senhor.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Boa tarde, senhores. Eu quero cumprimentar o Presidente desta Casa, Deputado

Mauro de Nadal, e também o Deputado João Amin, que preside a sessão, em seu nome eu cumprimento todos os Deputados e a todos que assistem essa audiência pública.

Agradeço a oportunidade de conversarmos e trazermos as informações necessárias para que a sociedade catarinense e os senhores entendam o que nós estamos construindo, e bem construindo, em processos de saúde aqui para o Estado de Santa Catarina. Eu vou pedir licença aos senhores para colocar uma apresentação na tela, que acho que vai ser bastante elucidativa, e com o passar do tempo nós vamos conversando sobre as dúvidas que provavelmente surgirão dessa nossa conversa. Todos enxergam e me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Sim, secretário, pode continuar.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Muito bem. Então nós, desde o ano passado, a Secretaria Estadual da Saúde vem planejando a vacinação 2021 com todo o calendário proposto e a concomitância da vacina do coronavírus. Essa estruturação iniciou lá em setembro, outubro, de discussões de necessidades de ambientes para armazenamento, câmaras frias, quantitativo de salas de vacinação, de equipes e insumos. Então, nós nos preparamos para dar início assim que as vacinas se tornassem disponíveis. No final do ano, então, o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19 foi publicado, ele traz alguns objetivos muito claros e determina o regramento para a vacinação contra o coronavírus. Em seguida nós também tornamos público o Plano Estadual, ele espelha o Plano Federal, trazendo algumas questões que são próprias do Estado de Santa Catarina. Então as fases 1, 2, 3 e 4 são um espelho, uma reprodução que o Ministério da Saúde propõe, já são fases bem conhecidas, tornadas públicas e os quantitativos, então, a serem atingidos nessas quatro fases, são esses que estão em tela. Primeira fase, que é a fase que nós estamos agora enfrentando: Profissionais da saúde, pessoas acima de 75 anos, pessoas com deficiência ou acima de 60 anos institucionalizadas, e população indígena,

foi definido pelo Ministério e cancelado por nós como a primeira fase. Notem os senhores que para essa primeira fase com 430 mil pessoas, arredondando, seriam necessárias 860 mil doses de vacina.

Essa aqui é uma imagem da primeira remessa, que foi lá no início, de 18 de janeiro, o Estado recebeu então as doses da vacina na segunda-feira, e na terça-feira, em uma operação que durou 09 horas, nós descentralizamos essas doses para todas as regionais de Saúde e para os municípios. Lembrando que quando o Estado publicou o plano, ele foi discutido nos fóruns com Secretários Municipais de Saúde, alertando da necessidade de estarmos preparados para esse início dessa campanha que, aliás, foi antecipado, havia uma data prevista de 20 de janeiro, e nós acabamos iniciando dois dias antes. Lembrando que Santa Catarina tem mais de 1200 salas de vacinação e uma estrutura municipal bastante robusta e muito bem organizada para fazer esse enfrentamento de vacinas, mesmo em campanhas de momentos de exceção como esse de hoje.

Nós temos então distribuídas, no dia 18 de janeiro, as 144 mil doses iniciais da CoronaVac, é uma vacina que exige a segunda dose em até 30 dias, então por isso que aparece ali o D1 e o D2, e nós já iniciamos, inclusive, a distribuição para a segunda dose daqueles cidadãos que já foram vacinados lá no dia 19 de janeiro em diante pelos municípios. No dia 24 de janeiro mais 47.500 doses da AstraZeneca, essa é uma vacina que exige a segunda dose em 12 semanas, então por conta disso o Estado não reteve a segunda dose como fez com as da CoronaVac em 18 de janeiro, e distribuiu as 47.500 doses no dia seguinte que recebeu do Ministério da Saúde. Dia 25 de janeiro vieram também doses de novo da CoronaVac, já distribuídas. Então esses quantitativos são os quantitativos que estavam sendo utilizados pelos municípios para a dose 1 da CoronaVac e da AstraZeneca, e agora, na última entrega, a dose 2 dos primeiros vacinados em 18 de janeiro. É um quantitativo de doses iniciais, chegou em 212 mil,

e agora aproxima-se de 300 mil doses com o que nós recebemos no início desta semana.

As deliberações CIB 002 e 003 cancelam a prioridade das prioridades, porque a fase 1 colocava os grupos prioritários, mas o quantitativo de doses não foi suficiente para atingir aqueles 426 mil catarinenses que precisariam ser vacinados. Então, espelhando também uma decisão da Bipartite, de Brasília, nós fizemos uma convocação extraordinária para numa CIB, que aconteceu no mesmo dia que as vacinas chegaram ao Estado de Santa Catarina, e aí os municípios representados nessa CIB, são os 295 Secretários Municipais de Saúde, onde nós definimos os critérios que estão aí em tela: Profissionais de Saúde, que tem enfrentamento direto da Covid-19, alguns trabalhadores de longa permanência, a população indígena também foi nesse primeiro momento contemplada, e logo a seguir, na CIB 003, acrescentamos outras necessidades. O APH móvel, coletadores de exames e outras necessidades como estão em tela, mas reforçando: o quantitativo de doses que vêm do Ministério da Saúde não foi suficiente para a fase 1 completa, por isso que nós tivemos que fracionar a fase 1, definindo prioridades dentro da prioridade inicial.

Essa é uma representação gráfica das nossas 17 UDVES, são espalhadas pelo Estado de Santa Catarina onde nós armazenamos então as vacinas, e os municípios buscam o seu quinhão, o seu quantitativo de vacinas, lembrando que quem informa a quantidade de vacinas que precisa é o próprio município. É o município que tem o domínio sobre o quantitativo populacional de profissionais da saúde, por exemplo, população indígena e etc. Isso é feito assim há décadas, nós temos o Programa Nacional de Imunização, que é internacionalmente reconhecido como eficaz, então o Estado distribuiu, em um primeiro momento, lá no dia 19 de janeiro, das 6 horas da manhã às 3 horas da tarde, doses para essas 17 regionais, onde os municípios puderam então buscar organizadamente e ordenadamente, e já com o aviso prévio de que essas doses seriam distribuídas. E há sim uma

sincronia muito grande entre o Estado e os municípios, tanto que nós discutimos, no início de cada semana, em CIBS extraordinárias com a presença de representatividade de todos os municípios catarinenses.

Esse é um panorama do dia de ontem, excetuando essa entrega do dia 7, que essa não foi computada, preciso fazer um comentário. O Sistema Nacional, que é o SI-PNI, é um sistema que está dando um *delay* de dados, por conta de que todo o País está acessando esse sistema, e o sistema não está dando conta de colocar, de uma maneira mais rápida, as informações adequadas. Então algumas distorções aparecem, como as dificuldades de alguns Estados, ou quantitativo, e algumas tabelas têm trazido, na verdade, o quantitativo percentual por população total, o que não é justo, porque cada Estado, dentro da fase 1 e dentro da prioridade, tem um quantitativo diferente de necessidades. Então Santa Catarina, se a gente for comparar com outros Estados, por exemplo, tem uma população indígena menor, então é óbvio que quando calculamos pelo total da população, o nosso percentual acaba sendo um tanto quanto menor de que Estados que têm populações maiores de fluxo prioritários.
[Transcrição: Northon]

Isso está acontecendo, estou inclusive em Brasília discutindo essa questão com o Ministério da Saúde, pois tem que ter uma métrica que seja igual para todo o País, para que não se crie distorções como essa. E até ontem, nós temos na verdade 96.596 doses aplicadas, o que é 53% das doses disponibilizadas pelo Estado até então. Ontem, já iniciamos a aplicação das outras doses de vacina para pessoas acima de 90 anos, esse e o planejamento que também vem da CIB, da triparte, o Ministério da Saúde, Conas e Conasems, Conselho Nacional de Secretarias Municipais, então essas decisões, quando são tomadas a nível ministerial e estadual, elas também têm a participação de todos os municípios, que já estão organizados e já sabiam da chegada dessas doses e dos quantitativos, afinal de contas eles foram informados assim desta forma.

Os funcionários da Saúde, até ontem, tínhamos 51.04% da população...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Senhor Secretário, quanto tempo mais o Senhor precisa para essa primeira intervenção?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Mais cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Mais cinco minutos, então.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Os idosos institucionalizados 108%, a população indígena 58%, os com deficiências institucionalizados 109%. Aqui, é só mais uma fala a respeito disso, e está muito claro que as 96 mil doses já foram encaminhadas, e da fase 2, para o D2, já temos alguma vacinação em andamento. Essa tabela trata por Município, por faixa etária e por grupo prioritário, é uma tabela pública, que está no *site* da Secretaria da Saúde, e no *site* do *Coronavirus.sc.gov.br*.

Nós percebemos que alguns Municípios já terminaram suas vacinações, mas alguns estão tendo dificuldades, que são inerentes do próprio processo, e estamos também tentando prestar apoio a esses Municípios. Lembrando que a vacinação é uma ação da atenção primária dos Municípios. Então, quando o Programa Nacional de Imunização criou suas normas em 2014, foi criada uma legislação nacional em que aponta que a gestão das ações é compartilhada, entre União, Estado, Governo Federal e Municípios. Ao ente federal cabe a coordenação do PNI, provimento dos imunobiológicos definidos pelo PNI, as vacinas, e o sistema de informação, que é o que me referi há pouco. Ao Estado compete, então, coordenar, como ente estadual, que é justamente a distribuição, a logística, agulhas e seringas que o Estado adquiriu, 10 milhões de agulhas, 10 milhões de seringas para comportar pelo menos todo o primeiro semestre de vacinação, e a gestão do sistema de informações, captando dados que são informados pelos Municípios. Então, os Municípios fazem a aplicação, informam, o Estado consolida, e repassa ao Ministério da Saúde as informações. Ao

Município, então, tem toda a execução da parte estratégica, de organização de público de vacinação, do descarte e também da informação do que está sendo vacinado.

Nós, há pouco, nos manifestamos, isso são alguns ofícios, mostrando que estamos solicitando agilidade, já nos colocamos à disposição, mas reforçando que essa é uma atribuição que tem que vir do ente municipal, temos discutido muito com as CIRs Regionais, e estamos percebendo que está havendo um esforço de todos para aumentar a velocidade da vacinação no Estado de Santa Catarina.

Por outro lado, já nos manifestamos ao Ministério da Saúde, porque como o Estado catarinense conseguiu colocar 10 mil profissionais da Saúde no sistema, e também havia uma discrepância de número de idosos, o Ministério da Saúde, quando viu o quantitativo, olhou para a Campanha da Imunização da Influenza, e nós estamos no momento em Brasília, justamente discutindo também com a Secretaria de Vigilância em Saúde, o aumento do quantitativo de doses para o Estado de Santa Catarina, para que possamos ofertar mais a nossa população. Então, esse é o panorama geral, e respondendo algumas perguntas: As vacinas que vão chegar? Ainda não tenho a resposta, a minha agenda foi temporariamente interrompida aqui, mas deve continuar, para que possamos entender qual é o calendário, e essa é uma das discussões do dia de hoje. E o critério de distribuição, como colocado pelo Deputado João Amin, é esse, é a distribuição baseada na informação que os Municípios dão, dentro da priorização de critério de grupos preferenciais para a utilização das vacinas. E a compra de vacinas é sempre um plano B, já nos manifestamos várias vezes sobre o assunto, que estamos alinhados ao Ministério da Saúde, no Programa Nacional de Imunização, mas se houver alguma dificuldade e o Ministério da Saúde entender que há necessidade de participação do Estado, o Conas, que tem um fórum permanente, o Conselho Nacional dos Secretários da Saúde, está organizado para fazer aquisições se assim for

necessário. E a questão da fiscalização é atribuição dos três entes, lembrando que só se consegue ter acesso aos dados quando chegamos através do sistema para entendermos, de fato, se aqueles que são propostos estão sendo vacinados. E também temos as nossas vigilâncias, que participam ativamente dessa fiscalização em todos os momentos em que estão acontecendo.

Então, seria isso, agradeço a oportunidade aos senhores, o espaço, e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Muito obrigado Secretário, neste momento vamos passar a palavra aos líderes, Deputados, e peço a todos que usem o tempo de três minutos na intervenção, e a cada três minutos, o Secretário vai ter cinco minutos para esclarecer. Passo a palavra à Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o Secretário de Estado da Saúde, André Motta Ribeiro, agradecer pela participação neste momento; também o requerente Deputado João Amin; todos os Deputados e Deputadas que estão acompanhando essa reunião.

Eu quero falar de um ponto bem específico, primeiro reforçar o entendimento da gravidade da situação da pandemia no Estado e também no Brasil, ela continua, novas cepas também se apresentam, e todos os dias temos informações de novos surtos, escolas que abriram e tiveram que fechar, e de condições difíceis para que os Municípios e os Estados dêem conta.

Mas, nós apresentamos na Assembleia Legislativa um projeto de lei, Secretário, que trata da vacinação dos trabalhadores em Educação, nós assim o fizemos por entender que esses trabalhadores, segundo a própria Secretaria de Estado da Educação, movimentam, se todos voltarem presencialmente, cerca de 16% da população catarinense. Então, o que está em jogo não é apenas os trabalhadores da Educação, mas as famílias desses trabalhadores, e as famílias da sociedade como um todo. Alguns Estados estão sendo mais protagonistas com relação a isso, e aí quero abordar Santa Catarina. Por exemplo, tivemos a

Governadora de Rio Grande do Norte que, só no mês de janeiro, esteve três vezes no Ministério da Educação, tencionando para que os profissionais da Educação possam ser vacinados para que o retorno presencial às aulas seja seguro. Também o Governador da Bahia viabilizou, junto ao Consórcio do Nordeste, R\$ 54 milhões de doses da vacina *Sputnik*, da Rússia, e agora recentemente o Governador Ibaneis, do Distrito Federal, anunciou que vai vacinar os trabalhadores em Educação até março.

Eu quero dizer com isso sr. Secretário, que entendo que o Estado seguiu o Plano Nacional de Imunização, no entanto, na minha avaliação, para que se possa ter maior segurança em todas as regiões, saúde, vida e as aulas funcionando com regularidade de forma presencial, o Estado de Santa Catarina tem que ser mais protagonista. Não há lei que proíba o Governador de agir com relação a isso, precisamos mais doses de vacinas e também mais rapidez. Eu me coloco à disposição para ajudar, já estamos numa articulação nacional, na última sexta-feira, eu coordenei uma reunião com todos os Estados, as comissões de Educação, para tratar desse tema. O tema é suprapartidário e tem o apoio da Undime Nacional, dos Secretários Municipais de Educação, do Conselho dos Secretários de Estado da Educação, da CNTE, que representa também os sindicatos, e tem o apoio do terceiro setor. Eu me coloco à disposição para se construir esse movimento a favor da vacinação e de mais doses em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Obrigado, Deputada Luciane Carminatti. Com a palavra o Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Estimado Secretário de Estado da Saúde, srs. Deputados, sras. Deputadas, estimados catarinenses. Este é um momento importante, na presença do Secretário, para avaliarmos o ritmo da vacinação. Estamos preocupados e tenho acompanhado de perto isso, no Estado afora, tenho viajado por alguns Municípios, mas é público e notório que a primeira grande questão é o pouco número de vacinas. Essa é a

questão chave, poucas vacinas estão sendo enviadas a Santa Catarina, o Brasil tem poucas vacinas, houve demora nos convênios, demorou para fechar com as empresas, e agora estamos penando, recebendo essas doses a conta-gotas. Agora é verdade também, Secretário, que lá na ponta não está andando com a rapidez que se deseja. Vossa excelência falou da rapidez com que as vacinas foram distribuídas quando chegaram ao Estado, é fato isso, e merece realmente ser parabenizado, e v.exa. sempre tem sido muito atencioso, eu repito sempre nas minhas entrevistas, e falas e reuniões, da sua sempre disposição e presença. Agora, é preciso resolver algumas questões que são gargalos, por exemplo: O foco nesse momento é a vacinação, e não alguém que furou ou deixou de furar a fila, uma servidora que foi relapsa, que era para dar ou não era para dar vacina, isso os órgãos de controle têm que fiscalizar. É chave a vacinação, e eu digo por isso. Eu digo isso, porque falei com pessoas da linha de frente que dizem que estão com medo, porque se vacinarem uma pessoa de 89 anos hoje, mas era para vacinar amanhã, eles estão com medo até de serem presos. Então, o foco é a vacinação.

Segunda questão: Alargar o número de pessoas dos grupos prioritários. Por exemplo, agora se autorizou vacinar as pessoas que têm mais de 90 anos. *[Transcrição: Taquígrafa Ana Maria]*

Tem um Município determinado que têm 380 idosos com mais de 90 anos e recebeu 400 e poucas doses, têm 21 salas de vacina, Secretário, e só uma sala está funcionando. Daí vai vacinar e isso leva uns 15 dias para vacinar esses 300. Por que nós já não ampliamos para os de 89, 88, depois aquele que, por ventura, acabaram as vacinas, ele não vai perder a vez, na próxima remessa, ficou alguém de 88, 89, vai continuar tomando.

Temos que alargar essa base, os Municípios não podem, Secretário, vacinar de segunda a sexta-feira. Nas sextas-feiras, às 17 horas, encerra a vacinação e começa segunda-feira, oito horas, quando não às 9h, está aí o relatório para ver. Tem cidade que aplicou 1600 doses no primeiro,

segundo dia, e tem dias que está aplicando 100 doses, 117 doses. Não dá para fazer, em plena pandemia, vacinação de segunda a sexta, é preciso, portanto, que haja esse acordo, que haja os plantões de finais de semana. Que as salas de vacinas sejam ativadas, é verdade, nós temos 1200 salas de vacina, em Santa Catarina, mas pouquíssimas estão vacinando, muito poucas, então poucas doses, mas muito devagar. Temos que agilizar, temos que fazer plantões, em finais de semana, para de fato ver essa vacinação dar resultado e ir para frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Obrigado, Deputado Saretta. Com a concordância do Deputado Kennedy, eu passo a palavra ao Deputado Ismael.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Boa tarde senhores Deputados, senhoras Deputadas, cumprimentando o Deputado João Amin, que foi o proponente desta, digamos, audiência; eu quero cumprimentar o Secretário André Motta, Secretário Estadual da Saúde. Eu gostaria, inicialmente, Secretário, de lembrar que nós tentamos aqui uma caminhada, inclusive com a Comissão de Saúde, da qual eu fazia parte, em relação a uma parceria com a vacina italiana *ReiThera*, e não foi possível avançar. Houve alguns gargalos, enfim, óbices, mas acho que ainda a proposta está em tela, numa parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, de quem sabe avançarmos num segundo momento.

Mas, Secretário, minha indagação é a seguinte: naquele momento, no final de ano, ou início de janeiro, em que tivemos vários debates com vossa excelência, ficou muito claro, por parte da Secretaria de Estado, de que havia um recurso, e aí vossa excelência citou, *en passant*, rapidamente, agora, de R\$200 milhões, ou talvez, R\$300 milhões, do Tesouro Estadual, para investir na aquisição de vacinas.

Eu sei, eu compreendo, vossa excelência sempre insistiu muito no Plano Nacional de Imunização, mas aqui deixe-me pegar um pouquinho a toada da Deputada Carminatti, quem sabe sr. Secretário,

esses R\$200 milhões ou R\$300 milhões nós poderíamos investir no Magistério Estadual. Iríamos dar um exemplo fantástico para o Brasil e para o mundo, com absoluta segurança para a rede estadual e municipal, enfim de Educação, e não só para os professores, mas também para os alunos.

Então, enquanto ainda membro da Comissão de Saúde, comentando aqui o Deputado Saretta, nosso presidente, eu deixo aqui esse apelo, e fica essa sugestão para que possamos ir além do Plano Nacional de Imunização, fazendo o Plano Estadual de Imunização com esses recursos que vossa excelência garantiu estão à disposição. Era essa minha intervenção. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Obrigado, Deputado Ismael. Então eu passo a palavra ao Secretário André Motta.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Senhores, eu quero concordar com vários dos seus comentários, Deputada Carminatti, realmente, a situação é de gravidade. Esses critérios, quando são utilizados para discussão de grupos prioritários, são critérios determinados, em nível central do ente federal, em debate também com todos os representantes dos Estados e Municípios brasileiros. Então quando se tem, claramente, pessoas no enfrentamento direto do coronavírus, e pessoas mais suscetíveis, esses foram os critérios utilizados para a escolha da fase 1, 2, 3 e 4, onde na fase 4, estão os profissionais de Segurança Pública, da Educação, e outros nesse mesmo nível de enfrentamento.

Entendo sua preocupação, mas também é preciso lembrar que a Saúde e a Educação, junto com os fóruns estaduais, foram milhares de pessoas discutindo durante meses o ano passado. Em outubro, nós tornamos público os nossos protocolos de retorno seguro às aulas, e esses protocolos estão valendo, as escolas estão utilizando os protocolos. E nós sabemos que protocolos, quando se trata de doença infectocontagiosa, eles dão resultado.

O quantitativo de doses no Brasil, em Santa Catarina e no mundo não é suficiente,

infelizmente, para atender a toda população da forma que nós gostaríamos. Então a vacina é mais uma ferramenta para que se possa fazer esse enfrentamento, mas nós iremos enfrentar a pandemia durante todo o ano de 2021. As atividades estão regradadas de forma segura, o que nós precisamos é cumprir essas regras, entendo essa angústia, também tenho filho em idade escolar.

Mas também preciso alertar que a Bahia não fez a aquisição da *Sputnik*, ela fez uma carta de intenções de aquisição, como vários Estados fizeram, inclusive Santa Catarina. Lembrando que a prioridade de aquisição é prioridade do ente federal, incluindo os grandes *players*, os europeus têm tido certa vantagem em relação aos latinos, aos países latinos, mas há uma priorização de compradores por conta da escassez de fornecimento de doses.

Nós já temos, sim, manifestação de interesse, aí respondendo também ao Deputado Ismael, tivemos algumas dificuldades e algumas discussões com algumas parcerias, porque não estavam em fase adequada de evolução de vacina para qualquer tipo de discussão mercadológica. Mas nós precisamos entender que os Estados se manifestam, mas há uma priorização para o ente federal, e nenhum laboratório internacional fecha acordo com Estado algum, isso também não é justo porque acaba criando uma desigualdade dentro do território brasileiro, sem a anuência do ente federal.

Deputado Saretta, os gargalos, eles são vários e eu concordo que não temos que focar na exceção, mas na necessidade de aumentar essa velocidade. Mas, eu de novo, conforme o manual e uma regra, uma legislação nacional, quem faz a operação da vacina, quem pode fazer campanha de vacinação, como nós fazíamos na época em que estávamos no Município, são os Municípios. Nós já oferecemos ajuda, inclusive de espaço, têm várias entidades que têm essa disponibilidade, mas nós precisamos que os Municípios se manifestem, dizendo quais são as suas dificuldades, muitos já fizeram isso, já vacinaram, mas realmente em alguns ambientes a gente precisa melhorar isso. Por conta disso que,

todos os dias, a Secretaria de Estado tem feito conversas com a presidência da Fecam, do Cosems, das CIRs regionais, para entender as dificuldades, e aí continuar então ou aumentar essa velocidade.

Finalizando, nós estamos agora propondo vacinar acima de 90 anos, mas os profissionais da Saúde permanecem como prioridade, então se houver sobra de doses, que pode acontecer, de vacina, em um ambiente ou outro, ela tem que ser utilizada no grupo prioritário, profissionais da Saúde, indígenas e institucionalizados. Esse é o plano nacional e estadual que é acordado entre todos, inclusive entre os Municípios. Mas de fato nós precisamos, sim, da ajuda dos senhores, inclusive, para que possamos aumentar e dar celeridade ao processo, e reforço o SUS é tripartite, todos nós temos atribuições dentro do processo. E, neste momento, nós precisamos dar apoio aos Municípios para que eles aumentem a velocidade de vacinação da nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Obrigado, Secretário. Com a palavra o Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Boa tarde, senhores Deputados, senhor Secretário, hoje tive uma conversa com um Secretário de Saúde de um Município pequeno aqui, e ele me fez algumas colocações, Deputado João, que eu fiquei, também, na mesma condição, sem saber o que fazer. Ele disse o seguinte: que cada vidrinho tem 10 doses, quando ele abre o vidro, ele tem até seis horas para aplicar as doses. E daí o que acontece? Aplica as 10 doses, coloca lá as 10 pessoas, 10 funcionários da Saúde, faz a fila, aplica, deu certo.

Mas em Município pequeno não tem muitos, aí ele falou o seguinte: que tem alguns, duas doses, 20 vacinas, só que nesse segundo grupo tem dois funcionários da Prefeitura que estão saindo da Covid, e daí tem aquele período que precisam ter, parece que de um mês, eu não sei, para conseguir tomar a dose. Aí ele diz o seguinte: "escuta aqui, eu vou abrir outro vidrinho, e eu tenho só oito funcionários aptos a receber, vão sobrar duas

doses que eu não posso aplicar nos dois que não podem receber. O que eu faço com essas doses? Eu aplico em quem não está na prioridade agora, que são os idosos, ou eu aplico, por exemplo, num funcionário da Saúde que não está em linha de frente? Ou eu não aplico nada e jogo fora?"

Aí ele me fez uma pergunta, Secretário, que eu gostaria até que o senhor pudesse responder, porque tem muitos casos como esse: "em qual dessas alternativas eu erro menos, ou em qual dessas alternativas eu vou me incomodar menos com o Ministério Público: eu jogar as duas doses fora, eu aplicar as duas doses em alguém que não está no grupo de prioridade, nesta prioridade, ou eu espero esses dois chegarem ao período, e enquanto isso a dose fica lá esperando e os outros oito ficam como?" É uma situação complicada, o senhor já teve disso daí?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Agora, está inscrito o Deputado Vicente Caropreso, questiono se algum Deputado, *online*, gostaria de fazer a sua inscrição, Felipe Estevão, Sopelsa?

Então, com a palavra o Deputado Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Boa tarde, Deputado João Amin, que está presidindo a sessão, e coordenando. Boa tarde, meu amigo André Motta, Secretário da Saúde. [*Transcrição: Taquígrafa Eliana*]

Inicialmente eu queria dizer que o Parlamento, tomado pela ansiedade e angústia em relação ao ritmo da vacinação, tomou essa iniciativa, a qual nós queríamos ter tomado na primeira reunião da sessão da Comissão de Saúde, inclusive já em acordo com o próprio Secretário da Saúde, mas vimos como extremamente oportuna essa reunião, aqui, em Plenário.

Acho que têm que ser absorvidos esses alertas que estão sendo dados aí e, certamente, a sua equipe ficará enriquecida por esses alertas que estão sendo dados aqui, os pareceres, as sugestões dos vários Deputados que ouvem em todos os cantos do Estado essas sugestões e pedidos, às vezes, apelos.

Eu gostaria de saber se os Estados estão liberados para adquirir doses extras de vacina, ou seja, se um Estado isolado da Federação pode comprar por livre e espontânea vontade quantas doses quiser independentemente do programa nacional de imunização contra a Covid-19? Até quando nós vamos zerar a sua sensação, a sua sensibilidade, até quando nós vamos zerar as pessoas até com 60 anos, que é a faixa que mais vai para o respirador, acima dessa, que mais precisa de leitos de UTI e que mais tem os índices de mortalidade registrados no País.

Por outro lado, eu queria saber quantas doses têm o Estado, estocadas, em seu poder? Quantas doses de vacina estão hoje em alguma estação, de poder do Estado? Isso é bom saber porque, às vezes, as pessoas acham que o Estado está retendo vacina. Por outro lado, eu também queria fazer uma ponderação de que grupos radicais assustam as pessoas a não usarem, inclusive profissionais de saúde, algumas manifestações dizendo: "Eu não vou tomar essa vacina"; "Está louco?", e tal. Profissional de saúde com mais de 15 anos de profissão. E alguns vídeos dizendo que não leve o seu idoso como... que eles não estão injetando o líquido da vacina. Eles estão apenas fazendo de conta para vender para outros a vacina. Olha o absurdo, aonde chegou!

E se vossa excelência, Secretário de Saúde, tem e que tipo de reclamação mais frequente está ocorrendo por parte dos Municípios? Era isso senhor Secretário. Parabéns pelo trabalho, mas os alertas ficam aqui estampados, e eu acho que esses alertas, nós temos que ter a humildade de recebê-los como uma maneira de poder enriquecer toda essa angústia, que todos querem ser vacinados, que a Educação quer ser vacinada, que os profissionais de Saúde querem ser vacinados, enfim a economia quer voltar após a vacina. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Por terceiro, nesse bloco, a Deputada Luciane Carminatti também gostaria de fazer uso da palavra novamente, então passo a palavra a ela e aguardo a

inscrição de algum Deputado que quiser fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA CARMINATTI - Secretário, chegou aqui um questionamento com relação à população quilombola, eles estão no plano nacional da primeira fase, mas no plano estadual estão apenas os indígenas. O questionamento é por que não incluir os quilombolas, já que nós temos várias comunidades quilombolas em Santa Catarina? Então, esse é um questionamento que eu quero lhe fazer. E, também, eu sei que o tema não é exatamente esse, talvez saia um pouco do tema, mas eu sou de Chapecó e estou muito preocupada com a situação do Município de Chapecó. Nós já tivemos vários pacientes sendo encaminhados a outros Municípios, a outras regiões, melhor dizendo.

E a pergunta que eu faço é se a Secretaria de Estado da Saúde está atuando em conjunto com a Secretaria Municipal para viabilizar alternativas, não só na solução diante da falta de leitos, que isso no meu entendimento é consequência, mas também na responsabilização em relação às causas. Então, sei que o Prefeito já fez reunião no dia de ontem, pela manhã, mas é assustador o crescimento do número de casos em Chapecó e a sobrecarga dos hospitais.

Nós também estamos enfrentando a falta de profissionais, que não é um problema novo, já vem ainda do ano passado. Então me perdoe, mas eu tenho que falar de Chapecó porque, de fato, é extremamente preocupante, e mesmo que cabe a autonomia e a responsabilidade dos Municípios, mas é o nosso Estado, é a população chapecoense que está afetada e muito preocupada com o que está acontecendo em Chapecó e no oeste como um todo. É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Com a palavra, o senhor Secretário, André Motta.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Eu quero mais uma vez deixar claro que esses momentos são extremamente esclarecedores. Deputado e colega Dr. Vicente Caropreso, esses alertas e essas discussões elas

são levadas muito a sério por todos nós e nos ajudam a entender e a melhorar nossos processos de trabalho.

Em poder do Estado estão as segundas doses da CoronaVac, porque a gente distribuiu a primeira dose aos municípios e, justamente, para evitar essa dificuldade do Município em ter doses, em tese, excedentes, a segunda dose da CoronaVac é retida em nível central e distribuída em 15 dias, que é o tempo mínimo para segunda dose da vacina, essas são doses individuais. A AstraZeneca vem em frascos de dez doses e, como eu disse no início, ela necessita da segunda dose, apenas em 12 semanas. Então, ela pode e deve ser utilizada na totalidade.

E de novo reforçando, quem informa o quantitativo de pessoas a ser vacinada é o Município, e ele recebe doses para aquele quantitativo que ele informa. Então doses não podem ser dispensadas, lembrando que nós temos ainda 40% dos profissionais de Saúde a serem vacinados, então essas doses podem e devem ser utilizadas para esse grupo prioritário, mesmo que tenham vacinado todos acima de 90 anos. Então, levando nesse regramento, nós não teremos erros e dificuldades depois, num segundo momento, para justificar onde foram as doses aplicadas. Então a AstraZeneca vem com dez doses, mas se repete só em 12 semanas.

Para definirmos data, para terminar a primeira fase, pelo menos a fase 1 e a fase 2, nós precisamos entender o quantitativo que vai ser disponibilizado pelo Ministério, que também não tem essa informação, porque isso é de distribuição internacional, os laboratórios estão distribuindo para os países conforme a produção das vacinas. Então, obviamente eu estou aqui em Brasília para tentar trazer calendário para a vacinação, isso é importante, é fundamental. Eu vim cobrar do Ministério da Saúde algumas discrepâncias de quantitativo de doses, como muito bem lembrou o Deputado, e espero sair daqui, hoje, com algumas respostas, quanto mais doses e mais agilidade, mais rapidamente nós iremos encerrar as quatro

fases, lembrando que são dois milhões e meio de pessoas aproximadamente nas fases iniciais.

Quanto à questão dos quilombolas, Deputada, o programa nacional incluiu num segundo momento os quilombolas na fase 1. Então, agora a gente já trouxe essa discussão, acolheu essa necessidade e vamos fazer essa discussão em CIB para poder começar a disponibilizar vacina para esse grupo prioritário, que está lá no plano federal. Mas, reforçando, ele foi colocado a posteriori.

Os Estados não estão liberados para aquisição ainda, Deputado Dr. Vicente, e nós temos discutido muito que quando isso acontecer, que haja uma ação conjunta dos Estados brasileiros, que nós possamos então adquirir vacinas e disponibilizar para nossa sociedade, quando se cria uma desigualdade dentro de um País, de uma Federação, é muito complicado. Nós também temos o controle sobre o que tem pós-vacinação, que é a necessidade de entender os parafiteos, que tipo de vacina cada um tomou. E acontece, como está acontecendo agora infelizmente no Amazonas, as pessoas acabam se deslocando de um ambiente para outro, isso pode também, nos preocupa a possibilidade de causar um certo caos quando a gente tomar atitudes individualizadas.

Mas, os recursos, eles permanecem disponíveis. Ele é do Estado de Santa Catarina e, no momento adequado, nós teremos, sim, que lançar mão desses recursos, lembrando que nós temos uma dificuldade adicional. Nós temos 780 leitos de UTI Covid-19, e também é um tipo de pauta aqui em Brasília, a necessidade de custeio dos leitos de UTI Covid-19, até então o Ministério só garante 50% dele. Então, os Estados e Municípios também terão que sentar para conversar sobre outros custeios, principalmente UTI Covid-19 que, nesse momento, é mais preocupante, haja vista o que está acontecendo em Chapecó. O ano passado, a despeito da garantia do Estado de custeio, 277 leitos foram desmobilizadas unilateralmente no Estado, nós solicitamos aos Municípios, hospitais trouxeram de novo alguns leitos, ainda temos mais 90 para ativar. E a questão do RH é um problema, nós estamos atuando e discutindo com a Prefeitura de

Chapecó e o entorno, já conversei com todos os hospitais da região para ver como o Estado pode ajudar, mas também precisamos de um movimento da região lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Mais um minuto para o senhor.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Obrigado. Nós temos então um sistema regulatório bastante robusto, tanto que estamos dando apoio a Chapecó, retirando os pacientes com maior gravidade, mas outras ações precisam, sim, ser tomadas. Conversei muito com o Presidente da Fecam sobre essa necessidade, e nós estamos em fórum permanente, em discussão, para ver o que mais se pode fazer para evitar então que as pessoas precisem de terapia intensiva como está acontecendo nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Obrigado senhor Secretário. *[Transcrição: Taquígrafa Sílvia]*

Passo a palavra para o Dr. Caropreso e depois para o Deputado Kennedy novamente, pois querem fazer mais uma intervenção.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - É bom senhor Secretário, é bom que isso fique claro, porque não há pactuação nacional de cada Estado comprar as doses conforme tem o poder financeiro, tem que ficar claro isso, porque foram feitas várias sugestões, e por que o Estado não compra? Tem dinheiro sobrando, por que não compra? É porque não existe pactuação nacional para que isso aconteça, senão as distorções, daí sim, elas aconteceriam, Estados mais poderosos poderiam vacinar mais rapidamente e mais pessoas, em detrimento de Estados que não teriam tantas condições, acho que tem que ficar claro essa situação. É importante por causa da equidade do sistema SUS.

Por outro lado, senhor Secretário, eu vejo assim, a retenção por parte do Estado de parte das doses, por exemplo, da CoronaVac, pode ser que tenha sido uma estratégia em nível nacional. Agora, certamente horas de avião e gasolina de vários carros, com condições de encaminhar as

vacinas, estão sendo perdidos em razão de que haverá uma duplicidade de ação, ou seja, gasto de um tempo que eventualmente poderá ser perdido, até chegar na base essa segunda dose. Então eu acho que os municípios, quem sabe, poderiam ter já essa segunda dose e o Estado poderia economizar tempo e dinheiro para a distribuição dessas doses. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Obrigado Deputado Caropreso, com a palavra novamente o Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Secretário eu acho que eu não ouvi diretamente a resposta com relação ao caso que eu coloquei, de um município que está querendo saber o que ele faz com a dose que sobrou, por conta que tem dois funcionários que pegaram Covid e não podem tomar a dose. A pergunta do Secretário, vou ser mais específico, do Secretário do município de Macieira.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Deputado Kennedy, se me permite, eu queria lhe parabenizar por esse levantamento, e citar rapidamente dois exemplos também, eu fui no município de Ipuacu, que é um dos municípios que mais vacinou e lidera, até porque tem aldeias indígenas, e a Prefeita disse, em dois ou três dias vacinamos, mas sobrou um quantitativo de vacinas, e agora vou ter que devolver, estão pedindo para devolver.

Quando eu falo em ampliar a base, é isso que eu quero me referir Deputado Kennedy, se tem lá duas pessoas que estão viajando ou com Covid, é preciso ampliar essa base. Se nós esperarmos vacinar todos os acima de 90 anos sem poder ampliar para os demais, numa cidade com 350 idosos, do jeito que está indo o ritmo, vai 15 dias. Então essa sua pergunta é importante em função desses questionamentos também.

Deputado Kennedy, aproveitando, eu me referi a fazer plantões em finais de semana, então eu vi que o Secretário concordou, mas não falou sobre isso, tem alguma proibição dos municípios abrirem essas salas de vacinas ou por que eles não estão abrindo, se tem vacina?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu quero deixar bem claro a preocupação do Secretário de Saúde, Deputado Milton Scheffer, era o seguinte, ele queria saber o que é que o Ministério Público iria incomodar menos, se essas doses que sobraram nessa condição não forem utilizadas ou se ele aplica naquilo que não é prioridade, então queria que o senhor Secretário pudesse dar uma orientação, que com certeza isso deve estar sendo bem assistido pelos Secretários que devem estar com esse mesmo problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Antes de passar para o Deputado José Milton, eu solicito a inscrição, se algum Deputado quiser fazer, tanto pela primeira vez, quanto mais uma vez, eu vejo o Deputado Mocellin, Deputado Sopelsa, Deputada Marlene, fiquem à vontade. Então com a palavra o Deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero cumprimentar o Deputado João Amin, proponente desta audiência, e cumprimentar o Secretário André Motta, sempre muito dedicado a atender aqui os pleitos da Assembleia Legislativa, ainda mais em um tema como esse, que tem causado grande comoção em Santa Catarina.

Obviamente que é uma preocupação muito grande, mas a estrutura de regulação do sistema SUS tem funcionado de maneira adequada, nós estamos vivendo um momento de primeiros passos. Nós temos necessidade de 900 mil doses, recebemos até agora 300 mil e estão sendo dados os primeiros passos na regulação, de tal forma de ajeitar isso. É óbvio que vão aparecer dúvidas, como as que surgiram aqui, e essa audiência vai ajudar muito e contribuir para o esclarecimento e o aperfeiçoamento.

Mas este sistema de vacinação, se existe uma coisa no Brasil que nós somos bons, é em vacinação do Governo Federal, do Governo do Estado e as Prefeituras, tem que render aqui uma homenagem ao esforço de todas essas equipes, desde aquele posto de vacinação lá do município de Passo de Torres à Secretaria de Estado da Saúde, que cada vez que chega uma vacina em Santa Catarina, e é bom que

todos aqui saibam, em nove horas essa vacina vai estar lá na comunidade, na macrorregião de saúde, à disposição dos municípios.

Temos dificuldades na organização, porque às vezes a pessoa não vai? Temos. Mas está sendo feito um trabalho e eu quero aqui cumprimentar a todos os Secretários Municipais de Saúde e também ao Secretário André Motta.

A grande dúvida que nós gostaríamos de ouvir Secretário, o senhor que está desde o início nessa grande luta contra a Covid-19 aqui em Santa Catarina é, qual é a sua expectativa para que nós possamos, por exemplo, vacinar toda a fase 1 aqui em Santa Catarina, e a nível de Brasil, e partimos então para as demais fases? Qual é a visão da Secretaria de Estado de Saúde sobre a disponibilidade de demais doses de vacina. Nós temos visto esse debate em nível nacional, mas ainda não ouvimos de Vossa Excelência a sua expectativa de cumprir a fase 1 e até a fase 2 de vacinação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Com a palavra o Secretário André Motta e já temos inscrito para o próximo bloco o Deputado Fernando Krelling, Deputado Marcius Machado e Deputado Sopelsa.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Deputado Caropreso, as segundas doses da CoronaVac, elas ficam a nível central, até porque há uma dificuldade dos municípios também absorverem esses quantitativos, para permanecer com 15 a 20 dias, lembrando que nós temos calendários e outras vacinas que estão transcorrendo normalmente.

Nós estamos com a logística, de uma forma tão organizada, que não há desperdício de tempo, porque nós conseguimos então distribuir rapidamente as vacinas, a segunda dose, por exemplo, da CoronaVac, do dia 18 de janeiro, ela foi distribuída junto com outras que chegaram, e sempre que há possibilidade, há uma otimização então dos recursos logísticos para que se consiga levar também outros insumos nesse mesmo momento.

Essa logística foi preparada dessa forma para que nós possamos utilizar da melhor forma possível o recurso público, mas lembrando de que temos que segurar esta segunda dose pela necessidade de capacidade de armazenamento que é feita pelo Estado de Santa Catarina. Em outros Estados nós vimos, infelizmente, quando tudo foi distribuído, as doses todas, mesmo lembrando que teríamos que fazer a segunda dose em 15 dias, alguns municípios, até por uma falta de comunicação, utilizaram todas as doses, não guardaram a dose 2, e hoje estão tendo algumas dificuldades que são bem importantes, há o risco inclusive de se perder a primeira dose da vacina.

Mais uma vez, a CoronaVac ela é dose única, AstraZeneca são dez dentro do frasco, então os quantitativos são determinados pelos municípios, mas eu concordo com o senhor, Deputado Saretta, que nós temos sim que ampliar a discussão da base. Lembrando que isso é pactuado na CIB, entre a Secretaria de Estado e os 295 municípios.

Se nós pactuarmos dessa forma, e nós estamos já solicitando mais uma CIB para discutir esses critérios, nós podemos sim começar a alargar a base, como o senhor diz, mas lembrando que nós temos apenas 54% dos profissionais de Saúde vacinados, e nós temos margem, pessoal para ser vacinado. Mas naqueles municípios, como disse o Deputado Kennedy, que não têm então nem profissional de Saúde, nem institucionalizados, nem idosos de mais de 90 anos, que eles possam utilizar essas doses de vacinas. Isso tem que ser pactuado em CIB, porque é dessa forma que nós vamos cancelar.

Não há nenhuma preocupação, aliás, a preocupação sempre existiu, da interferência de órgãos reguladores, por isso que nós fazemos o certo, mas a nossa obrigação e nós estamos aqui para oferecer segurança e saúde para a população, e por isso que estamos aqui nesse enfrentamento há quase um ano, trabalhando todos os dias como se fossem de segundas-feiras, e é dessa forma que nós continuaremos fazendo o nosso enfrentamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Com a palavra, o Deputado Fernando Krelling.

O SR. DEPUTADO FERNANDO KRELLING - Muito boa tarde senhores Deputados, boa tarde Secretário André Motta, em primeiro lugar agradecer o senhor pela atenção, sempre que solicitamos, o senhor nos dá um retorno muito rápido, foi assim no caso do Hospital Regional no ar condicionado, foi assim nessa questão das quadras esportivas, que nós estivemos conversando na semana passada, o senhor já está fazendo uma avaliação para que tenha um encaminhamento para que esses proprietários possam voltar a trabalhar, é extremamente importante isso.

Agradeço ao Deputado João Amin pela convocação, mas o tema, fujo um pouquinho do assunto, mas continua sendo a pandemia. Existe uma discussão muito grande em todo o mundo e principalmente aqui no País, que é a questão do uso de máscaras agora no retorno das aulas. Eu queria saber do Secretário, nós tínhamos aí no início para que todas as crianças acima de dois anos devessem usar as máscaras, depois em agosto do ano passado veio um posicionamento tanto da Organização Mundial de Saúde e também da UNICEF, para que apenas crianças acima de 5 anos usassem máscaras, até porque uma criança com 2 aninhos, 3 aninhos, dificilmente conseguiria ficar com a máscara, a utilização da máscara, o início, principalmente a dicção, tudo isso pode atrapalhar. E como o Estado está vendo isso agora? De que forma, o Estado vai seguir os protocolos da OMS, da UNICEF, ou vai continuar nessa questão acima de dois anos, senhor Secretário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Nesse momento, passo a palavra para o Deputado Marcius Machado. *[Transcrição: Gabriel]*

O SR. DEPUTADO MARCIUS MACHADO - Obrigado Deputado João Amin, parabéns pela convocação, parabéns pelo tema, cumprimento também secretário o André Mota, que sempre muito gentil e muito pronto, responde aos nossos questionamentos via *whatsapp*, e isso nos engrandece muito, mesmo que

às vezes não conseguimos resolver algumas coisas, mas importa passar para a comunidade o que está acontecendo.

Secretário André Mota, o meu questionamento é, existe alguma previsão, e se o Estado irá universalizar as vacinas, então a imunização será para todos que moram em Santa Catarina ou não? Ou será só restrito, por exemplo, aos servidores, a quem tiver condições de pagar vai ser pago ou não, há essa previsão de universalização, e qual é o prazo para que a gente possa estar mais tranquilo para continuar as atividades do dia a dia, porque ainda existem áreas de alto risco, como na região serrana e grande parte do Estado de Santa Catarina, áreas que estão em vermelho e isso nos assusta, alguns setores precisam que sejam liberados, como foi apresentado aqui pelo Deputado Fernando, sobre as quadras de futebol, pelo menos naqueles municípios em que existe pouca contaminação, para que as pessoas que praticam esportes possam se imunizar, porque quando eu pratico esporte, quando eu caminho, quando eu corro, quando eu faço exercício físico aumenta também a minha imunidade.

Então, a minha pergunta é bem cirúrgica, em relação à universalização das vacinas, se sim, vai ser para todos que vivem em Santa Catarina, e qual é a previsão mais ou menos de se concretizar essa ação. Obrigado Deputado e parabéns mais uma vez, Deputado João Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Obrigado Deputado Marcius, e com a palavra no final desse bloco, o Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito bem Deputado João Amin, proponente dessa Audiência Pública. Também cumprimentar todos os senhores Deputados, as senhoras Deputadas, cumprimentar o Secretário André Motta.

A minha pergunta vai na direção, Deputado João Amin e Secretário Motta, dentro, mais ou menos, daquilo que pediu o Deputado Vicente Caropreso, e também o Deputado José Milton Scheffer. Secretário, nós temos mais ou menos 54, 60% do pessoal da Saúde vacinados hoje, se não me falha a

memória, nós estamos há duas semanas que abriu, que vacinamos o primeiro catarinense. Eu pergunto, se nós formos nessa velocidade de vacina, não sei quando que chegará a minha vez de tomar a vacina, embora eu já esteja naqueles de mais de 74 anos. Se nós expandirmos, se nós aumentarmos as pessoas que possam aplicar essa vacina, nós teríamos vacina dentro do país para atender uma demanda de mais agilidade de aplicação da vacina?

Eu vejo que o Brasil, quando se fala dos outros países, nós somos ainda o país que estamos mais atrasados, e pelas previsões que se vê, que se tem, daqui um pouco o Brasil vai ser o último a poder vacinar a sua população. Nós temos hoje Secretário Motta, nós temos hoje vacina disponível para nós aumentarmos o número de pessoas para aplicar essa vacina, e nós teríamos essa vacina disponível? Cumprimentar mais uma vez Deputado João, parabéns pela tua iniciativa, e obrigado Secretário por nos atender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Obrigado Deputado Sopelsa. Então, com a palavra o Secretário André Motta.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Deputado Sopelsa, eu tenho que agradecer, é obrigação nossa de estarmos aqui juntos, a gente tem essa obrigação de trazer informações para os senhores e para a sociedade catarinense.

Infelizmente, a velocidade de vacinação e os prazos são dependentes do fornecimento de vacinas, e essa é uma das minhas angústias também, eu estou aqui em Brasília em busca dessas respostas. Agora, às 16 horas, eu tenho uma agenda, ou teria uma agenda da Secretaria de Vigilância em Saúde, o Secretário Arnaldo, para a gente discutir então quantitativo para Santa Catarina, novas remessas e quais serão essas vacinas. Há uma previsão, aí eu concordo com senhor, que nós temos que acelerar essa velocidade, de que nós demoraremos alguns meses para conseguir cumprir então as fases iniciais, por isso que é importante o entendimento de que nós precisamos de mais quantidade de doses,

foi que eu vim fazer aqui em Brasília, também, e alinhar com os municípios. Aí respondendo ao Deputado Saretta, não há nenhuma dificuldade de abrir horário novo final de semana, sábado, domingo, até se forem centros comunitários, isso é pactuação municipal e eu tenho certeza que municípios já estão fazendo isso, aqueles que têm esse entendimento. Então, a ideia é vacinar toda a população catarinense, Deputado Marcius, mas a gente está na dependência das doses, então os primeiros grupos prioritários, eles nos trazem 2,5 milhões, mais ou menos, de catarinenses, cumprindo essa parte, essa fase inicial, nós precisaremos vacinar todos. Em doenças infectocontagiosas nós sabemos que, para ter efetividade, são 90% ou 95% de pessoas vacinadas, isso está diretamente relacionada ao quantitativo de doses.

O Ministério da Saúde tem se manifestado em milhões de doses, tanto da Fiocruz como do Butantan, suficiente para se não vacinar toda a sociedade brasileira em 2021, quase isso deve se concretizar. Então, uma das respostas que eu devo levar para todos nós, para a sociedade catarinense, para nós da Secretaria e para os senhores é se há um calendário já previsto, houve uma discussão bastante interessante aqui, no começo do dia, que nós continuaremos então a dar esse procedimento.

Deputado Fernando, eu lhe agradeço a pergunta, o nosso processo é dinâmico, de enfrentamento da pandemia, e nós agora, de novo, com a Educação, estamos revendo as regras postas para ver o que nós vamos de fato assumir como necessidade do uso de máscaras das crianças. Até porque essas regras acabam sofrendo modificação com o tempo, o que era verdade lá em setembro, deixou de ser verdade agora em fevereiro. Então essa semana as equipes estão reunidas para definir também essa questão da Educação, máscara acima de dois anos, acima de cinco anos, como é que nós vamos fazer esse regramento.

E finalizando, eu preciso lembrar aos senhores que todas as atividades estão regradadas, desde o risco gravíssimo vermelho, até o risco moderado em

azul. O que acontece nesse momento é a necessidade, a possibilidade de modificar algum percentual de ocupação, e mesmo também para as quadras esportivas, que têm solicitado, existem regras, no risco laranja eles podem funcionar com regramento x, no amarelo, e assim por diante. Mas, nós precisamos entender que esse é um enfrentamento que vai durar o ano todo, a vacina em nenhum lugar do mundo imuniza a sociedade de forma imediata, as regras precisam permanecer, isso é importante que todos nós tenhamos esse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Secretário, se não tem nenhum Deputado mais inscrito, se o senhor quiser fazer uma intervenção final, só para fazer o fechamento dessa reunião, a palavra fica aberta para o senhor.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (André Motta Ribeiro) - Deputado João Amin, eu quero mais uma vez agradecer essa oportunidade de estar aqui, eu preciso reforçar que a vacina é um avanço, é importante que todos se vacinem, a melhor vacina é aquela que chegar primeiro, que seja primeiro disponibilizada para todos nós, mas ela não é a única ferramenta no enfrentamento da pandemia Covid, nós precisamos entender que as regras precisam permanecer e precisam ser cumpridas.

Nós estamos envolvidos diuturnamente para trazer segurança em saúde para as pessoas, a gente está muito próximo dos municípios, e eu espero levar boas notícias, aqui de Brasília, a respeito das vacinas, lembrando que nós temos dificuldades outras extremas, que é de custeio da rede, a questão dos insumos e outras que nós temos tratado com muita seriedade desde o início.

Santa Catarina nunca deixou de ofertar serviços de saúde porta aberta ao cidadão que procurou o Sistema Público de Saúde para seu atendimento, infelizmente isso acontece em outros Estados, mas nós estamos discutindo muito preocupados para mantermos esse nível de enfrentamento da pandemia. E eu, mais uma vez, faço aqui então o apelo, que os municípios que

estão com dificuldade de aumentar a velocidade de vacinação procurem o Estado, procurem a FECAM, o COSEMS, a CIRs, nós estamos trabalhando juntos para melhorar esses processos, e como muito bem falou o Deputado José Milton, é um processo que está iniciando agora, eu tenho certeza que ele vai ser aperfeiçoado e as respostas virão a contento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Eu gostaria de fazer um agradecimento, mais uma vez, ao Presidente da Casa, que disponibilizou o Plenário das duas às quatro horas para que essa convocação ocorresse; agradecer aos Deputados que fizeram as suas intervenções, a Deputada Luciane Carminatti, Deputado Neodi Saretta, Deputado Ismael dos Santos, Kennedy Nunes, Dr. Vicente Caropreso, José Milton Scheffer, Fernando Krelling, Marcius Machado e o Deputado Moacir Sopelsa, dizendo que essa convocação teve desde o início a intenção de pontuar os questionamentos, fazer uma solicitação, aqui, especial ao Governo do Estado, ao Secretário Motta para que cada vez mais se esforcem para que os municípios tenham a atenção necessária para operacionalização dessa importante etapa que nós temos agora no Estado, que é a etapa de vacinação. Esse mês de fevereiro vários alunos vão voltar às suas aulas, todos nós estamos ansiosos para voltar ao normal, a um novo normal, e isso faz com que a sociedade catarinense fique muito preocupada com os números de Santa Catarina, e esses números obviamente que têm as suas explicações, seja pela população indígena menor do que outros Estados, seja pelo oferecimento de vacinas. A verdade é o seguinte, o Governo Federal não aplica nenhuma vacina, quem aplica é o município, por isso a atenção necessária que o município necessita para execução, e que acabe logo com a fase 1, vá para a fase 2, para fase 3, para fase 4, e que Santa Catarina possa virar referência na vacinação da Covid, como virou, há exemplos passados, na paralisia infantil e outras.

Então, a Presidência dessa Audiência Pública agradece a presença do Secretário André, que atendeu à convocação desta Assembleia, e mesmo de

Brasília fez questão de participar. E declaro encerrada a presente Sessão Especial. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a sessão. *[Transcrição: Guilherme]*

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sara]